

- **O Agosto Lilás nasceu em Mato Grosso do Sul e hoje é uma campanha reconhecida em todo o País. O que significa para o Estado ter criado essa iniciativa e como Mato Grosso do Sul tem fortalecido, atualmente, as políticas de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres?**

MN: O Agosto Lilás nasceu aqui, em Mato Grosso do Sul, para celebrar e fortalecer a Lei Maria da Penha, e ganhou o País. Para nós, isso representa um motivo de orgulho, mas também uma grande responsabilidade. Uma iniciativa que surgiu no Estado passou a mobilizar o Brasil em torno de uma pauta fundamental: levar informação, prevenção e conhecimento sobre os direitos das mulheres para que a violência possa ser identificada e enfrentada.

Em Mato Grosso do Sul, seguimos fortalecendo esse protagonismo por meio de políticas públicas permanentes e de ações que buscam chegar cada vez mais perto das mulheres. Neste Agosto Lilás, temos ao menos 11 ações programadas, entre seminários, formações, atendimentos itinerantes, ações integradas nos territórios e atividades de mobilização social. A programação é organizada a partir de três pilares: educação, informação e mobilização social.

Uma das principais estratégias é o Ônibus Lilás, que leva informação, orientação, prevenção e acesso a serviços públicos para mulheres de diferentes territórios, incluindo comunidades rurais, assentamentos, comunidades quilombolas, aldeias indígenas e localidades de difícil acesso. Neste mês, também teremos ações integradas em municípios como Sidrolândia, Paranaíba, Batayporã e São Gabriel do Oeste, aproximando as políticas públicas das mulheres e fortalecendo a rede de proteção.

Também estamos investindo na qualificação de quem está na ponta do atendimento. Em Japorã e Corumbá, por exemplo, serão realizadas formações para profissionais da rede, com foco no acolhimento humanizado, na escuta qualificada, na identificação das situações de violência e nos fluxos de atendimento e encaminhamento. É fundamental que a mulher encontre uma rede preparada para acolhê-la e protegê-la, independentemente da porta pela qual ela chegue ao serviço público.

O encerramento da campanha também marca os 20 anos da Lei Maria da Penha com o painel virtual “Todos por Elas – Lei Maria da Penha em Perspectivas Plurais”. A proposta é ampliar o debate para as diferentes realidades das mulheres, considerando questões étnico-raciais, diversidade sexual, deficiência, geração e território, além das diferentes formas de violência.

O que Mato Grosso do Sul fez ao criar o Agosto Lilás foi transformar uma data de mobilização em uma agenda de política pública. E é esse o compromisso que temos hoje: manter essa agenda viva durante todo o ano, fortalecer a rede e fazer com que informação, prevenção, proteção e garantia de direitos cheguem a todas as mulheres sul-mato-grossenses.

- **Vinte anos após a criação da Lei Maria da Penha, quais foram os principais avanços e quais são ainda os desafios que persistem no combate à violência contra a mulher em Mato Grosso do Sul?**

MN: A rede de atendimento especializada, ou seja, as varas especializadas, núcleos de mulheres na Defensoria Pública, Promotoria Pública, serviços de atendimento de referência, como os CRAM's, Ceamca's, delegacias especializadas de atendimento às mulheres, estes são alguns dos serviços de atendimento às mulheres no âmbito da rede especializada que só foi possível ser construída e articulada a partir da Lei Maria da Penha.

Em MS, nós temos um dos primeiros centros de referência de atendimento às mulheres em situação de violência, o Ceamca, que expandiu o escopo do seu atendimento para os filhos e as filhas das vítimas, ou seja, crianças e adolescentes do contexto familiar da violência doméstica. Hoje nós temos uma unidade em Campo Grande, e está sendo implementado também no interior do Estado.

Temos 69 salas lilás em unidades da delegacia da Polícia Civil com atendimento da segurança pública e psicossocial às mulheres que recorrerem a este serviço, tendo também espaço para quem tiver acompanhado de criança.

Além deste serviço especializado, outro avanço foi a criação de programa de estado. Em Mato Grosso do Sul temos um programa de estado de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres que, entre as suas principais ações, está a formação de lideranças comunitárias, associação de moradores, clubes de mães para todas as pessoas que vivem numa comunidade, que frequentam igrejas, trabalham em empresas, essa formação é uma das ações do programa de estado. Também temos a formação dos grêmios estudantis, então, hoje, os mais de 340 grêmios estudantis da rede estadual precisam, necessariamente, desenvolver atividades na comunidade escolar sobre o tema de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres.

Então, o grande avanço da Lei Maria da Penha é ter inserido o problema da violência contra as mulheres na agenda institucional nos três poderes e na estrutura do Estado a nível municipal, estadual e federal.

Quanto aos desafios que ainda persistem, colocaria o modelo machista patriarcal que impera em toda a sociedade, no Brasil, fora do Brasil, e infelizmente no nosso Estado também. Hoje, na medida em que a gente consegue avançar nas políticas públicas para as mulheres, em mecanismos legais como a Lei Maria da Penha, Lei do Feminicídio e Lei da Importunação Sexual, e estamos buscando agora a criminalização da misoginia, o ódio às mulheres também têm se organizado no mundo digital, por exemplo, com grupos de propagação do ódio e de perseguição contra meninas e mulheres.

O machismo estrutural, ao longo da história, sempre se organiza para tentar controlar a vida das mulheres, para decidir quem vive e quem morre. Este continua sendo o principal desafio no combate à violência contra as mulheres em Mato Grosso do Sul.

• O que ainda falta para reduzir a violência doméstica?

MN: A indignação social, que envolve mulheres e homens, na não aceitação de nenhum nível de desrespeito às mulheres e meninas; na mobilização social e popular para

defender a vida de meninas e mulheres. Quatro mulheres mortas, por dia, num País, não é absolutamente aceitável, mas precisa indignar diariamente toda a população.

No campo institucional, a ampliação da rede de atendimento às mulheres em situação de violência para área da saúde, assistência social, educação, habitação, infraestrutura saúde indígena, assistência técnica e extensão rural. Profissionais estes que, se formados, se forem capacitados e preparados, estarão atentos na mais sutil demonstração de uma potencial vítima de violência doméstica e familiar e poderá encaminhar para a rede de atendimento. O que significará, literalmente, uma vida salva. Ou seja, a rede de atendimento precisa ser ampliada. Não dá para ser considerada apenas a segurança pública e as políticas para as mulheres, a gente precisa ampliar para todas essas áreas porque as mulheres estão dentro da escola, são atendidas pela assistência social, as mulheres rurais recebem visitas de técnicos agrícolas. Então, as mulheres estão em todos os lugares e os profissionais que atendem essas mulheres e as suas famílias precisam estar preparados para olharem para as mulheres como sujeito social, de direito, e principalmente, perceberem como, infelizmente, algumas vivem em situação de contexto de violência doméstica e familiar.

Ainda do ponto de vista da institucionalidade, mas se envolvendo com a sociedade civil, é a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres: universidades, movimentos sociais, sindicatos, empresas, igrejas, escolas, associação de moradores, clubes de mães, todas as áreas de uma sociedade precisam se organizar de forma mais integrada e permanente, porque a rede de enfrentamento compreende não só os serviços públicos, mas principalmente a sociedade civil organizada que está em todos esses espaços. O esporte, o lazer e a cultura também devem ser um instrumento de prevenção da violência e devem envolver meninos e meninas em atividades. Então, a prevenção da violência e o enfrentamento precisa atravessar todas as áreas do serviço público, mas também precisa atravessar onde acontece a cidade, que são nestes espaços onde as pessoas convivem juntas.

Então, na medida em que a gente ampliar a rede de atendimento para todos os serviços públicos e envolver mais a sociedade na rede de enfrentamento, nós podemos sonhar com uma sociedade que respeitará as meninas e mulheres pelo simples fato de enxergá-las como seres humanos e reagirem frente a algum nível de desrespeito, humilhação, desvalorização da vida, e tentativa de controle ou qualquer nível de violação de direito. A gente precisa compreender que a responsabilidade em proteger a vida das mulheres não é só uma tarefa de governo, é uma tarefa de humanidade.